

1. INTRODUÇÃO

O início desta experiência começou quando eu tinha 06 anos e comecei a estudar. Hoje a caminhada continua, estou com 23 anos, conclui o ensino médio e estou cursando um curso superior, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Estou no quarto ano do curso de Tecnologia em Agroecologia, superei algumas barreiras e dificuldades encontradas nesta nova experiência, mas o curso me despertou a crença de ser um bom profissional da área. Acredito que essa força, esse desejo de sempre querer continuar estudando, descobrindo coisas novas, enriquecendo meus conhecimentos desde a Pré-Escola, hoje me realiza, pois estou no ensino superior e pretendo continuar aprendendo sempre mais, aprofundando/ampliando a cada dia, a cada palavra lida ou pronunciada por um de meus mestres, o meu conhecimento sobre a agroecologia e as relações de vida que este curso proporciona. Os conhecimentos para mim significam crescimento profissional, para que um dia me torne autônomo, tendo meu trabalho, exercendo a minha profissão e contribuindo para que os meus pais possam permanecer no local de origem, que é o sítio herdado de seus pais. Espero também que neste sítio eu possa desenvolver as práticas agroecologias aprendidas no decorrer dos anos da faculdade.

O presente trabalho descreve a evolução de um aluno do ensino superior de um curso de Tecnologia em Agroecologia que conseguiu se adequar ao perfil do curso e mesmo com a dificuldade encontrada obteve o apoio dos colegas de sala de aula, apesar de não ter todo suporte suficiente para o seu aprendizado, tais como: suporte tecnológico para a manutenção do computador adaptado com programas de síntese de voz e falta de programas adequados e materiais apropriados para darem o subsídio adequado para o aluno, levando em consideração a sua deficiência específica.

Conforme Silva (2007) há evidência de que uma pessoa com deficiência visual apresenta limitações, mas com medidas adequadas podem ser amenizadas ou eliminadas através de duas ações: uma educação adequada à realidade do deficiente visual e o uso da tecnologia para minimizar as barreiras. Ainda segundo Silva (2007), através dos sistemas sintetizadores

de voz acoplados aos computadores, os deficientes visuais se tornam usuários de todos os recursos da informática, inclusive da internet.

A educação inclusiva é tema constante de políticas educacionais, podendo se evidenciar tal ação e proposta governamental nos discursos políticos e nos projetos pedagógicos (BUENO, 2008).

Entretanto, para que a inclusão escolar e superior aconteça não basta inseri-los em uma instituição de ensino, mas é preciso assegurar a entrada no processo e, principalmente possibilitar que a pessoa continue seu aprendizado neste ambiente. Um dos fatores importantes para que a inclusão ocorra eficientemente é a formação e preparação de professores para atuarem com os deficientes visuais, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada, seja por incentivo da instituição que trabalha ou por interesse próprio.

No Brasil a inclusão teve grande impacto na política educacional e embora o tema não tenha surgido na educação especial, foi nesse setor que se concentraram as maiores polêmicas e discussões, já que esta parcela de alunos com necessidades especiais é historicamente excluída da escola, do sistema de ensino e de uma grande maioria da sociedade (MENDES, 2002).

Portanto, antes de tratar especificamente da formação de professores é necessário recorrer à história da implantação da política de educação inclusiva brasileira, mas como dito anteriormente, com enfoque na educação especial para que se compreenda a evolução desse setor à luz das perspectivas atuais de inclusão.

No século XVI a educação especial começou a ser delineada com médicos pedagogos que começaram a desafiar os conceitos até então vigentes e passaram a acreditar que pessoas com deficiência, antes consideradas ineducáveis, pudessem ser educadas. Essa metodologia pedagógica era realizada com bases tutoriais por médicos pedagogos, que ensinavam seus pupilos. A partir desse século as pessoas com deficiência lentamente passaram a ter acesso à educação, concomitantemente à oferta de oportunidade educacional em geral (MENDES, 2002).

Segundo Sasaki (1999), a história da pessoa com deficiência caminha da inclusão total passando para a segregação e encontrando-se ainda no processo de integração e inclusão. A integração é fase de preparação dos

deficientes, a fim de serem inseridos em uma sociedade despreparada para conviver com eles. Na inclusão, por sua vez, a pessoa com deficiência já faz parte da sociedade e os dois lados têm que se modificar para essa relação - o deficiente deve qualificar-se e a sociedade deve eliminar as barreiras físicas, arquitetônicas e atitudinais de preconceito. Trata-se de um processo recíproco, no qual todos têm responsabilidades.

Durante a década de 80 teve início um movimento de pessoas portadoras de deficiência, no sentido de exigir que suas necessidades especiais fossem motivo para mudar a sociedade, dispensando um serviço específico caracterizado pela segregação (SASSAKI, 1999). Este movimento começou a tomar mais força a partir dos anos 90, quando o novo paradigma da inclusão repousava no princípio da sociedade justa, com pleno acesso a todos, independente de suas limitações ou diferenças e a efetiva garantia dos direitos do cidadão.

Diante de todo este contexto, constata-se que a inclusão do deficiente visual na sociedade comum e no universo acadêmico requer a difusão dos desafios encontrados pelo deficiente visual ao se inserir no ensino superior, buscando as oportunidades de trabalho e a motivação pessoal que a universidade proporciona à vida das pessoas deficientes, assim como à vida dos não deficientes.

O presente trabalho teve como objetivo geral mostrar a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência visual no curso superior de tecnologia em agroecologia, UEMS. Para isso, os objetivos específicos foram: abordar os conceitos de deficiência visual, as políticas públicas que norteiam os direitos ao acesso à educação superior e a sua abrangência na sociedade; analisar as possibilidades tecnológicas e identificar as metodologias e estratégias que possam ser encontradas pelos deficientes visuais na integração do ensino - aprendizagem, e por fim, analisar a integração do aluno com deficiência visual dentro da instituição de ensino superior e na comunidade interna.

Pautando - se nesses pressupostos o presente trabalho foi organizado em **Introdução**, o percurso do aluno deficiente visual no ensino superior, apresentando marcos políticos na educação de pessoas com deficiência no

Brasil e no mundo, além do histórico da educação especial no cenário mundial e brasileiro.

Revisão de Literatura - A deficiência visual: conceitos e abrangências; A educação especial no ensino superior: a atual situação no Brasil; A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior; A Inclusão e as políticas públicas; Processo de inclusão no ensino superior, destacam a utilização de recursos e o ensino destes alunos especiais na perspectiva do ensino para estudantes especiais, especificamente deficientes visuais, como acontecem os atendimentos, que estrutura a universidade possui, como adquirem recursos para manutenção desses equipamentos, que recursos utilizam para o aprendizado deste aluno. A discussão leva em consideração a percepção das entrevistas com os professores, coordenador e alunos deste Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.

Material e Métodos - evidencia que o estudo de caso foi desenvolvido abordando a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência visual no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Glória de Dourados. Foi aplicado o método de pesquisa qualitativa, o qual proporcionou a descrição da realidade do aluno no acesso ao ensino de qualidade e a integração entre o deficiente visual e os alunos e membros do quadro funcional da universidade.

Resultados e Discussão, caracterizando a educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, no processo inclusivo pela demanda dos cursos oferecidos pela entidade, no ensino do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, na cidade de Glória de Dourados-MS, apresenta-se a análise e os resultados da pesquisa desenvolvida através de questionários junto a alunos, coordenador e professores da universidade.

Considerações Finais discutem-se a formação, as concepções e as práticas pedagógicas dos professores e coordenador no curso, principalmente: a utilização de metodologia e materiais didáticos a serem utilizados; a eficiência dos recursos disponibilizados no ensino e aprendizagem para os estudantes que possui a deficiência visual, com a finalidade de obtenção de sucesso no curso superior.

Espera-se que este trabalho contribua com o conhecimento tanto de professores e pesquisadores, que buscam entender melhor a inclusão dos deficientes visuais no curso superior, como daqueles que vivenciam a mesma experiência de inclusão, ou que passam por situações semelhantes ao buscar seu ingresso nas instituições de ensino, sejam elas de nível superior, ou de educação básica.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A deficiência visual: conceitos e abrangências

O conceito que Silva (2007), destaca no Artigo 3 e 4, Capítulo 1, Decreto Federal Número 3298, de 20 de dezembro de 1999, defende que:

A deficiência é todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou a percepção e contato com as outras pessoas. A deficiência gera dificuldades ou impossibilidades de execução de atividades comuns as outras pessoas, e, inclusive, resulta na dificuldade da manutenção de emprego. [...] deficiência visual e a perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de tratamento cirúrgico, clínico e / ou lentes. O decreto 3298 considera deficiente visual a pessoa que tem dificuldades ou impossibilidade de enxergar a uma distancia de 6 metros o que uma pessoa sem deficiência enxergaria a 60 metros, após a melhor correção, ou que tenha o campo visual (área de percepção visual) limitada de 20% ou com ambas as situações (BRASIL, 1999).

Pois o deficiente visual geralmente é visto como incapaz de executar algumas tarefas como: estudar, ter opinião, ou seja, liberdade de expressão, ter uma profissão, constituir famílias e desenvolver certas atividades que pessoa normal. Com isso surge algum tipo de preconceito e acaba sendo uma exclusão deste deficiente dentro da sociedade.

Em relação à falta de entendimento do conceito “a deficiência” e a “deficiência visual”, as pessoas desenformadas ao realizar algum atendimento para favorecer benefícios a pessoa com deficiência visual, ainda se direciona ao acompanhante deste deficiente. Acredita-se que esses atendentes idealizam que o deficiente visual não entende e nem consegue responder aos seus procedimentos, conforme destaca o autor acima mencionado.

Já houve caso que o acompanhante teve que intervir em relação ao atendimento, dizendo ao atendente que a deficiência é visual e não impossibilita em responder, pois não é surdo, nem mudo, e isso foi presenciado por outras pessoas com frequência nos órgãos públicos, concluindo-se que os deficientes visuais para essas pessoas são mudos

também, parece que as pessoas têm medo de se aproximar , conversar e perguntar diretamente às pessoas cegas, pois elas dependem de informações de terceiros para que sejam atendidas a sua necessidade.

Classifica-se como visão subnormal ou baixa visão segundo o instituto Benjamim Constant relatado por Nabais:

[..] a perda significativa da visão, que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem por óculos de correção. O portador de visão subnormal, dependendo da patologia, apresenta comprometimentos relacionados à diminuição da acuidade visual e /ou campo visual, a adaptação a luz e o escuro e a percepção de cores (NABAIS, 2006 p.1).

Segundo Silva (2007), a cegueira pode estar presente desde o nascimento ou ser adquirida ao longo da vida. É frequente imaginar que toda pessoa cega nasceu com tal deficiência visual, porém, muitos são os casos de aquisição da doença, nesse ponto, reside uma das diferenças quanto às habilidades dos portadores de cegueira.

A pessoa cega, que cresce naturalmente nessa condição, não costuma experimentar tanto sentimento de perda, mas encontra dificuldade natural para compreensão dos conceitos visuais, principalmente num mundo em que a visualização é um importante veículo de aquisição do conhecimento (SILVA, 2007).

Por outro lado, quem adquire a cegueira depois de já ter enxergado, provavelmente contará com alguma compreensão das noções baseadas no mundo visual, porém, terá de elaborar o sentimento de perda do que a visão lhe proporcionava. É, em geral, difícil enfrentar o processo de adaptação à nova condição, o que resulta em outra relação com o sentido da visão, assim como de percepção com o mundo (SILVA, 2007).

Cada indivíduo pode apresentar maior ou menor facilidade para lidar com as perdas. Além disso, existem inúmeras chances a serem observadas com relação à perda da visão, que influenciarão diretamente na absorção e na atuação da nova condição de sequeira. A faixa etária em que ocorreu a perda; a forma como se operou tais mudanças através de manifestação progressiva, por um acontecimento mais rápido, ou como resultado de um trauma ou

acidentes – são aspectos que explicam parcialmente o desencadeamento de diferentes reações (SILVA, 2007).

Com o avanço científico e, conseqüente, o desenvolvimento de novos produtos e serviços, as pessoas com deficiência visual poderão ter maior acessibilidade no meio social. Invenção e adaptação, como tapetes com alto-relevo para que o deficiente visual se locomova sozinho, com a capacidade de ler textos e transforma-los em voz (RODRIGUES, 2006), também vêm somar - se aos esforços para que essas pessoas tenham acesso ao desenvolvimento educacional e à integração social.

Quando ocorre a perda da visão e a pessoa já esteve em contato com o mundo dos videntes, muitos acreditam que tudo acaba e não existe mais solução e perspectivas. Antigamente era mais dificultoso, pois as pessoas desacreditadas se isolavam do mundo e de todos e desenvolviam uma depressão profunda. Mas hoje a situação se reverteu, pois as pessoas com necessidades especiais conquistaram os seus espaços na sociedade, em universidades e no mercado de trabalho, assim, apresentam uma vida social normal, com acesso à educação, mercado de trabalho e uma profissão, tendo assim, um salário mensal que pode ser chamado de seu fruto de trabalho.

Tudo isso contribui para que pessoas com necessidades especiais possam ser independentes e possam viver uma vida social normalmente, e ainda, sendo exemplo de crescimento e de incentivo para outras pessoas que possuem alguma necessidade especial.

2.2 A inclusão e as políticas públicas

Segundo Silva (2007), foi a partir da década de 60, que se iniciou o movimento pela prática da integração social, em que pessoas com deficiência começaram a ser aceitas em determinados setores da sociedade, como educação, trabalho e lazer.

As pessoas portadoras de deficiências têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. Qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, os seus portadores têm os mesmos direitos

fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1978. *apud* PASTORE 2000, p.34).

Conforme Silva (2007), O Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 03 de Dezembro de 1982 e publicado em 1983, concebe que:

A educação deve ocorrer no sistema escolar comum, o trabalho deve ser oferecido mediante emprego aberto [...] as medidas para tal efeito devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de qualquer sociedade [...] que as necessidades de qualquer planejamento da sociedade e que todos os recursos precisam ser utilizados de tal maneira que assegure para cada pessoa oportunidades iguais de participação. As políticas referentes à deficiência devem assegurar o acesso das pessoas deficientes de todos os serviços comunitários. Os países membros devem garantir que as pessoas com deficiências tenham as mesmas oportunidades nas atividades recreativas que tenha outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas teatros, bibliotecas e etc, assim como locais de lazer, estádios esportivos hotéis, praias e outros lugares de recreação. A integração e o processo de preparação de pessoas com deficiências, afim de que possam ser inseridas em uma sociedade ainda despreparada para conviver com elas. Na inclusão, por sua vez, a pessoa com deficiência já faz parte da sociedade de dois lados tem que se modificarem para essa relação o deficiente deve qualificar se e a sociedade deve eliminar as barreiras físicas arquitetônicas e atitudinais e preconceitos (BATISTA *apud* SASSAKI, 1997, p.4).

Com essa conquista os deficientes estão garantindo o seu direito de acesso e bem estar no seu cotidiano, em harmonia com sua família em qualquer lugar do mundo, conquistando espaços em vários lugares públicos e benefícios para que possa viajar normalmente e ter o livre arbítrio para decidir que profissão deve seguir, além da opção de trabalho que seja confortável e compatível com a sua deficiência.

Segundo Sasaki (1999), na década de 80 iniciou-se um movimento das pessoas consideradas deficientes, no sentido de exigir que suas necessidades especiais também fossem motivos para mudanças da sociedade, dispensando um serviço específico, caracterizado pela segregação. Silva (2007) diz que este movimento começou a tomar mais força a partir dos anos 90, quando o novo paradigma da inclusão repousa no princípio da sociedade

justa, com pleno acesso a todos independente de suas limitações ou diferenças do cidadão.

É esse movimento que se fortalece na década de 90, o deficiente ganha mais benefício de que seu direito seja assegurado na sociedade. E a valorização da pessoa com deficiência apresenta êxito, conforme relata Sassaki:

A integração se contenta com o esforço unilateral das pessoas deficientes para ingressarem na sociedade. A inclusão requer mudanças fundamentais nos sistemas comuns na sociedade, tal modo que todas as pessoas, deficientes ou não, estejam primeiro juntas, incluídas, para então realizar tudo reabilitar-se estudar, brincar, trabalhar, receber cuidados médicos, viajar etc. (2000 p.85).

Essas mudanças tiveram progresso com esforço tanto dos deficientes juntamente com a sociedade, podendo garantir o acesso aos estudos e principalmente ao trabalho.

A inclusão é, portanto, um paradigma positivo. Possibilitar a inclusão social é promover mudanças ambientais, com a eliminação de barreiras físicas, a disponibilidade de recursos e locais adaptados, de forma que possa atender a todas as limitações. Inclui, porém, não é só eliminar obstáculos físicos, mas também atitudinais, impedindo o preconceito e as ações discriminatórias. (SILVA, 2007, p.34).

Portanto, a inclusão cria-se uma nova referencia ao atendimento dos deficientes buscando essa eliminação das barreiras físicas e do preconceito. Para a eliminação dessas barreiras tem que as pessoas interessadas no processo de inclusão fazerem especialização para o atendimento destes deficientes suprimindo a necessidade para o bom atendimento.

Segundo Silva (2007) deve se ter uma oferta de profissionais disponíveis para que possa atender uma demanda crescente de alunos com necessidades especiais e que na verdade a oferta desses profissionais no mercado de trabalho para atender esses alunos ainda é pequena.

Uma sociedade necessita oferecer uma ampla gama de variedade de serviços especializados, altamente diferenciada para atender as mais variadas necessidades especiais de todos os cidadãos. Talvez só dessa maneira seja possível reduzir desigualdades de oportunidades decorrentes das condições

adversas de que são portadoras ou a que são submetidos algumas pessoas (OMOTE, 1999, p.09).

É necessário complementar que a especialização depende das pessoas interessadas em dedicar o seu trabalho se preparando para que a inclusão seja de melhor forma para o bom atendimento deste deficiente, buscando uma estratégia diferenciada como relata Silva (2007, p. 35):

Na educação especial consegue-se profissional especializado disponível se for exigido ou incentivado por alguma instituição ou se for algum requisito solicitado pelas universidades ou por uma grande indústria que se tem como market os procedimentos inclusivos porque poucas pessoas se sabem do amplo mercado de trabalho que se tornou a especialização para se trabalhar com pessoas com necessidades especiais. O processo de inclusão de pessoa com deficiência na sociedade ainda carece de estratégias diferenciais, uma vez que as mesmas permanecem privadas de uma participação mais efetiva, não só no mercado de trabalho, mas também nas modificações políticas necessárias.

A inclusão destes deficientes não depende só de uma sociedade, mas de políticas públicas contribuindo com bens e serviços sociais de uma ação coletiva que concretiza os direitos sociais como e por lei, como relata Silva (2007, p.35):

A sociedade inclusiva seria não só uma sociedade para todos independentes de sexo, idade, religião, origem étnica, orientação sexual, ou deficiências, mas também uma sociedade aberta e acessível a todos os grupos. A política pública é criada como respostas do estado as demandas da sociedade, expressão do compromisso público de atuação em determinada área em longo prazo. A política pública e como uma linha de ação coletiva que intenta concretize os direitos sociais garantidos por lei são atribuídos e redistribuídos bens e serviços sociais. A política pública faz-se necessária a compreensão do termo "público" e sua dimensão. A política pública e providas e reguladas pelo estado, as escolhas e decisões privadas podem e devem ser controlados pelos cidadãos, cabendo a eles reivindicarem e execução das ações que possam afetar a população (SILVA, 2007, p.35).

Por mais que se tenha uma política pública em benefício das pessoas com deficiência, ainda faltam em alguns atendimentos públicos a serem melhorados em relação à renovação de passe livre que seria o acesso ao transporte e adaptações destes ônibus em todo o Brasil e acesso também às propriedades rurais. E no atendimento público devem ser pessoas especializadas.

Para Silva (2007, p. 36), relaciona alguns órgãos deste atendimento:

Relacionamos a seguir os principais conselhos que tratam da questão da deficiência e os objetivos dos mesmos. Conselho estadual para assuntos da pessoa com deficiências (CEAPPD) – acompanhe, avalia e propõe políticas públicas, promovendo a divulgação dos estudos técnicos na administração pública estadual. Conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência (CONADE)- faz o acompanhamento e avaliação da política nacional da pessoa com deficiência e com políticas setoriais de educação, saúde, transporte, cultura, desporto, lazer, e política urbana, no que dizem respeito a pessoa portadora de deficiência. Coordenadoria nacional para a integração da pessoa com deficiência (CORDE)- gere políticas voltadas para a integração da pessoa portadora de deficiência, estabelece mecanismo de tutela, impõe a priorização dos modelos de integração do deficiente no trabalho e na sociedade, institui oficinas, projetos de trabalhos e define como criminosa a conduta de deficiência no trabalho. Sistema nacional de informações sobre deficiência da CORDE (SNI)- catalisa informações sobre políticas e ações na área da deficiência (SILVA, 2007, p. 36)

De acordo Silva 2007 apud Pastore, 2000, a pessoa com deficiência, o art. 227 obriga o estado a:

[...] Criar programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, como a integração social do adolescente portador de deficiência, mediante ao treinamento para o trabalho e a com vivencia, e a facilitação do acesso aos bens de serviço coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (PASTORE, 2000, p.43).

Com isso, segundo Silva, 2007, p. 37 destaca que “As leis vigentes vêm tentando mudar o cenário em relação às pessoas com deficiência”. No entanto, as pessoas com deficiências visuais têm o seu direito de receber o benefício, porém muitas delas não têm autonomias, ficando limitadas pela sua deficiência, pois para a sociedade essas pessoas continuam sendo responsabilidades de seus pais. Então podemos verificar que conforme Silva indaga com a sua pesquisa que:

Observa-se que a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/93), (BRASIL; 1993), em seus artigos 1º e 2º, reafirma, no âmbito da seguridade social, a garantia de recebimento de um salário mínimo mensal ao portador de deficiência, através do benefício mensal de prestação continuada (BCP). Como critério de acesso a esse direito, a pessoa com deficiência deve estar incapacitada para o trabalho e à vida independente, além de ter renda mensal per capita sua e dos membros de sua família inferior 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente (SILVA, 2007,p.37).

As políticas públicas são elaboradas com fins de barrar e impedir e de querer excluir os deficientes da sociedade e de grandes empresas proporcionando uma renda de um salário mínimo que as pessoas que assim recebe e considerada pelos governantes que não esta apta para trabalhar.

E ainda essas pessoas são consideradas pelo governo incapazes de realizar qualquer atividade, mas não e verdade se pudesse desenvolver as atividades, mas não com a rapidez de uma pessoa normal e ainda a exclusão maior e porque quando se contrata uma pessoa para trabalhar, ou seja, em uma universidade a legislação obriga que se deva se adaptar o ambiente para que essa pessoa com necessidades especiais se locomova com facilidade e garanta o desenvolvimento igualitário aos outros alunos ou funcionários de uma grande impressa.

Entretanto todas essas políticas publicas citadas acima para os órgãos governamentais para se manter essas pessoas com deficiência trancadas dentro de casa com um salário mínimo os custos ficam mais baratos porque para se incluir verdadeiramente seria mais alto os investimentos em infraestruturas e em materiais e na especialização de professores e em materiais específicos

Foram criados vários subsídios para a pessoa com deficiência, exemplo as leis de cotas nas universidades e nas grandes empresas que deve se contratar pessoas com deficiência, mas essas pessoas muitas das vezes são contratadas para a empresa conseguir isenções de impostos e ainda se promove dizendo que tem leis de cotas para deficientes. Com isso não se prepara o deficiente que trabalhar e nem o ambiente e essa pessoa, acabando excluído mais que incluindo, fazendo só para se cumprir a legislação.

No ensino superior não e diferente, pois o aluno muitas vezes consegue ter a entrada na instituição, mas com a falta de preparo de professores e falta de materiais adequados que propiciem o desenvolvimento e o aprendizado desses alunos os mesmos com tal situação acaba desistindo da vaga na instituição de ensino e muitos acabam recorrendo aos tribunais e órgãos especializados para que os seus direitos seja assegurados e para que ele possa aprender com dignidade.

2.3 A educação especial no ensino superior: a atual situação no Brasil

Diante do cenário real do meio acadêmico, as universidades ainda possuem muitas limitações quanto à preparação das estruturas físicas e à disponibilidades de professores qualificados para lidar com qualquer tipo de deficiência. Sabe-se que existem várias políticas públicas que são elaboradas para favorecer as pessoas com deficiência, mas que as mesmas precisam passar por adaptações e entendimento das pessoas que irão atender essa demanda de deficientes na educação e no trabalho.

Entretanto, a manutenção e a condição da pessoa de se integrar é o grande desafio, porque ainda há muitas pessoas desinformadas, que limitam e dificultam o acesso às políticas públicas e aos direitos das pessoas deficientes na participação e de seus espaços conquistados, seja no trabalho ou no ensino superior.

Nas cidades interioranas é mais difícil o acesso aos materiais didáticos, como livros, porque esses alunos que moram em pequenas cidades têm a dificuldade de se deslocar para grandes centros, onde tudo é mais fácil e onde os meios tecnológicos têm maior aceitação e disponibilidade para esses deficientes visuais, que garantem o espaço em grandes empresas e nos cursos de qualificação e outros benefícios que hoje foi conquistado pelas as pessoas com deficiência. A deficiência está nos procedimentos de escrituração de livros para o braile, que deixam a desejar, pois esse processo de transcrição é lento e os livros não estão disponíveis para os alunos apenas no momento, em que é solicitado.

Duarte et al., (2013, p.3), contempla que, todavia pouco se tem documentado sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, indicando uma carência de reflexões, estudos e estatísticas dificultando assim, a formulação de políticas públicas que contemplem ações que avancem para uma educação inclusiva no ensino superior. Entre estes poucos, podemos citar, atualmente, estudiosos como: Silva et al., (2012); Vianna, Tardelli e Almeida

(2012); Inajara, Santana e Silva (2010); Ferreira (2007); Chahini (2006); Mansini e Bazon (2006); Pellegrini (2006); Perini (2006) e Rodrigues (2004).

Estes autores se dedicaram a estudar este paradigma educacional da sociedade pós-moderna, apontado valores, processos, caminhos e dificuldades a serem considerados a respeito das possibilidades de acessos e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior conforme afirmação de Duarte et al.,(2013).

Diante disso, chegou-se à conclusão de que a sociedade também teria sua parcela de contribuição com o processo de inserção das pessoas com deficiência. Os sistemas sociais, que durante séculos não contemplaram as necessidades específicas provenientes da diversidade humana, teriam que se transformar de modo a atender a todos. O processo deve ser bidirecional.

Diante destas constatações das inúmeras mudanças que vemos hoje eclodir na sociedade, surge o movimento da inclusão, que é consequência da visão social de um mundo democrático, a partir da qual se anseia respeitar direitos e deveres de todos independentes das diferenças de cada um. A limitação de uma pessoa não pode diminuir seus direitos. As pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e esta deve se preparar para lidar com a diversidade humana.

A implicação disso é citada por Duarte et al (2013 *apud* REGO, 2003) que a “escolarização” é fundamental na constituição do indivíduo que vive em uma sociedade como a nossa, ainda marcada pela exclusão, fracasso e pelo abandono em todos os níveis de ensino. De fato, essa falha significa um grave impedimento da apropriação do saber sistematizado, da construção de funções psicológicas mais sofisticadas de instrumentos de atuação no meio social e de transformação do sujeito e das condições para a construção de novos conhecimentos.

2.4 A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior

As dificuldades encontradas pelos deficientes visuais são devidas à falta de igualdade de oportunidade, conforme destaca Duarte et al (2013 *apud* PERNI,2006,p.111), embora sejamos a favor da luta pela inclusão escolar das

peças com deficiência, reconhecemos que os sujeitos envolvidos sofrem todos os tipos de discriminação e de imposição de uma sociedade que os eliminam, sendo falsa a concepção de que caminhamos rumo à igualdade de oportunidade.

Duarte *et al* (2013 *apud* Ferreira Duarte,2010) afirma que assevera-se que o pleno acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola não é ainda uma realidade. Diversos fatores culturais, políticos e sociais ainda contribuem para a manutenção desse quadro de dificuldades, incluindo a negação do direito de acesso à educação, podendo ser este um dos fatores que contribuem para o baixo índice de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho e\ou com rendimentos inferiores aos das pessoas sem deficiência.

Ainda Gomes e Lima (2006) afirmam que, pode-se considerar que o fato de estar “dentro” da sala de aula não implica, necessariamente, que os alunos com deficiência estejam incluídos nos processos de ensino e de aprendizado, pois para isso acontecer, eles precisam se mobilizar e, de fato, absorver e assimilar os conteúdos escolares. A dificuldade dos alunos geralmente em aprender e assimilar o conteúdo, seria a falta de preparação dos professores para o atendimento desses alunos com necessidades especiais e falta de material adequado para o aprendizado.

Não se pode esquecer ainda que o desafio da inclusão no ensino superior passa por decisões que extrapolam os muros das universidades públicas brasileira, que não pode ser tomada como a única responsável por este processo, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantem apoio financeiro às ações e iniciativas neste contexto.

Segundo Duarte *et al* (2013 *apud* MOREIRA, 2005), paralelamente a essa situação, as instituições federais precisam estar cientes da importância de expor às instâncias governamentais as limitações que enfrentam e apontar encaminhamentos que devem ser tomados para que haja a garantia de acesso, ingresso e permanência desses estudantes, pois contam com profissionais das mais diversas áreas de conhecimentos, que podem contribuir com ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.

A resistência à inclusão escolar nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos por motivos muitas vezes banais e inconsistente, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade definida por Montoam *et al.*, (2011).

A convivência com a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências tão indispensáveis e fundamentais na formação contemporânea humana e no desenvolvimento dos professores, profissionais e alunos, ampliando para eles a compreensão dos conceitos de justiça e direito (LIMA, 2007).

Para que as pessoas com deficiência visual verdadeiramente possam ser incluídas no ensino superior, é necessário um incentivo governamental e política pública educacional. Mas só não basta incluí-lo, é fundamental lhes dar uma condição de aprendizado e uma inteira integração com os colegas de sala e com os professores. Esses necessitam passar por um processo de preparação para que possam se adaptar a trabalhar com base nas limitações que o aluno possua, não no sentido de que o professor queira que o aluno participe sozinho, mas sim no sentido de que o professor se qualifique para o atendimento dessa modalidade de ensino especial.

Sendo ainda, são relevantes as reivindicações para aquisição de material didático especializado, a primordial consciência de que os direitos de locomoção internamente das universidades precisa se fazer valer e as estruturas devem ser adequadas às necessidades da cada pessoa e os materiais que podem contribuir com o aprendizado providenciados com antecedência. Tudo isso, possibilita o acesso igualitário do conteúdo ministrado em sala de aula e com isso se tem um controle mais rigoroso e eficiente, o qual permite ao aluno um melhor acompanhamento dos assuntos difundidos em sala e sua maior participação em trabalhos, em grupos de estudos e em discussões rotineiras.

2.5 Processo de inclusão no ensino superior

A inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino superior é um verdadeiro dilema, pois muitas universidades não possuem vagas para pessoas com deficiência, portanto elas nos processos seletivos concorrem com pessoas normais. E a dificuldade encontrada pelo deficiente para fazer a prova do ENEM, a falta de material de apoio e o profissional especializado para o atendimento.

Dentro dos cursos a realidade se torna mais diferente, pois a condição para que o aluno possa compartilhar com o aprendizado muitas das vezes se for depender de materiais disponibilizado pelas universidades e a condição de acesso aos materiais e locomoção por isso um dos acontecimentos que se vê com frequência e a ocorrência de pessoas com alguma deficiência que recorre aos tribunais para que os direitos de estudar com dignidade sejam assegurados.

Para que a educação e a inclusão possa verdadeiramente andar juntas se deve ser fundamental que nos cursos superiores seja de extrema necessidade que seja incluída como uma disciplina temas relacionados referentes à educação especial e quando se houver uma demanda de alunos com alguma deficiência se deve lhes dar uma condição e um suporte tecnológico.

O que a de mais inovador para que o aluno possa se integrar e se conectar com o mundo e assim se facilita também na disponibilidade de materiais e na integração com pessoas da turma ou da universidade e quando se tem um aluno especial matriculado na universidade se deve realizar um processo de preparação para se contribuir e lhe dar a melhor condição de aprendizado.

Deve proporcionar aos professores e funcionários sobre a melhor forma de auxiliar esses alunos porém muitas vezes os professores estão desinformados sobre as coisas mais inovadoras da tecnologia que eles mesmos se tem a função como educadores de transmitir para os alunos com isso a preparação deve se providenciar cursos preparatórios para se receber esse aluno para que ele possa ter um aprendizado igualitário aos outros alunos e para que não gere insatisfação e indignação por parte desses alunos que não tem o suporte necessário e como dito anteriormente para que não venha a

ser levados aos tribunais para que seja solucionado o problema para eliminar barreiras físicas e arquitetônicas e atitudinais.

E quando se tem um aluno na universidade e os professores não estão especializados os mesmos se sentem fracassados mediante tal situação e realiza trabalhos que nada tem a ver com os procedimentos inclusivos.

Para o atendimento adequado deste aluno com necessidades especiais, a instituição onde os professores atuam devem oferecer um curso, ou fazer uma formação continuada, da forma correta de ensinar e adequar os materiais didáticos e preparar o ambiente escolar para uma boa integração com esse deficiente.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo de caso foi desenvolvido abordando a trajetória acadêmica de um aluno com deficiência visual no Curso Superior em Tecnologia em Agroecologia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Glória de Dourados. Foi aplicado o método de pesquisa qualitativa, o qual proporcionou a descrição da realidade do aluno no acesso ao ensino de qualidade e a integração entre os professores, demais alunos, coordenadores e funcionários em relação ao ensino dos educandos com necessidades educacionais especiais.

O estudo buscou analisar as relações entre deficiência visual e processos de inclusão/exclusão, com base nas condições limitantes que a universidade proporcionou, tais como: falta de suporte governamental, falta de acessibilidade a de livros e materiais didáticos adaptados, falta de infraestrutura física de acessibilidade motora, falta de cursos de capacitação aos professores que irão trabalhar com essa modalidade de ensino especial e falta de recursos tecnológicos que possibilitem o aprendizado.

Foi feita, ainda, uma revisão documental sobre a legislação que contempla os direitos das pessoas deficientes, nos campos da educação no ensino superior. Os materiais usados foram constituídos de artigos científicos, livros e revistas especializadas na situação problema.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois acadêmicos, com dois professores e como o Coordenador do Curso de Tecnologia em Agroecologia, a fim de conhecer a visão da comunidade sobre o fato de um deficiente visual fazer parte do corpo discente de um curso de ensino superior e as dificuldades por eles observadas no cotidiano acadêmico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A educação especial na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS.

O curso de superior de Tecnologia em Agroecologia é norteado pela pedagogia da alternância, onde a cada semestre o aluno desenvolve um trabalho a campo que integra as aulas na universidade e a vivência com a realidade no meio rural. Esse período contabiliza 30 % da carga horária semestral e com isso a participação do professor de apoio era fundamental. No entanto, nem sempre o professor estava presente no desenvolvimento das atividades, pois não residia na cidade de Gloria de Dourados e isso influenciou negativamente no atendimento as necessidades de execução de algumas tarefas.

Com isso, a participação e o apoio dos colegas que prestavam o apoio e a solidariedade auxiliando nas aulas e nos trabalhos que o curso exigia foram importantes porque havia necessidade de realizar a integração entre as disciplinas teóricas que era conciliadas com trabalhos na prática que dependia do deslocamento da universidade até a propriedade rural onde o trabalho era realizado.

Na educação da UEMS não havia nenhum processo inclusivo nos cursos oferecidos porque não havia procura por parte de pessoas com algum tipo de necessidade especial. Quando houve a efetivação da matrícula de um aluno no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, a universidade buscou se adequar mediante as limitações e dentro das condições que a universidade alcançava.

Por isso nos processos seletivos em nem uma das 14 unidades da universidade estadual ainda não tem vagas para pessoas com necessidades especiais nos vestibulares que são um dos processos avaliativos para a entrada em uma das unidades de ensino por isso quando houver o interesse de alunos com necessidades especiais de cursar o ensino superior um dos impasses encontrados por esses alunos e de extrema concorrência com vagas

com pessoas normais que não possui nem um tipo de deficiência e por isso mostra a pouca aceitação das universidades as pessoas com deficiência em universidades publicas.

E quase impossível ter acesso ao ensino superior se o aluno não possui uma condição financeira para entrar no ensino superior em uma universidade privada. Quando se foi para efetivar a matricula na Universidade Estadual do MS a gerente da unidade desenformada se espantou com o perfil do aluno que se efetivava a matricula e ainda questionou como esse aluno vai aprender. Mas mal sabia ela que se dar a condição e o tratamento igualitário esses alunos desenvolvem o aprendizado normalmente se possuir os programas adequados no computador o desenvolvimento e satisfatório.

Segundo relatos do coordenador do curso superior de Tecnologia em Agroecologia em 2007 foi instituído a divisão de inclusão e diversidade, sendo um órgão que executa, controla, orienta e coordena as atividades desenvolvidas na UEMS, com a finalidade de implementar as políticas institucionais sociais para a inclusão social visando a prevenção e o combate a toda forma de discriminação de gênero, classe, raça, etnia e orientação sexual. Em 2011, em cada unidade universitária, por meio do projeto, incluiu-se algumas adaptações arquitetônicas, como piso tátil e banheiros adaptados, incluindo também essas mudanças na Unidade de Glória de Dourados.

Além disso, o auditório da unidade possui espaços para a acessibilidade, mas não só basta inserir o aluno em uma sala de aula. Deve-se propiciar o aprendizado e disponibilizar os suportes necessários, como máquina de datilografia em braile, computadores com síntese de voz, programas de leitores de textos, impressora em braile, gravadores, áudio referentes aos conteúdos abordados em sala de aula e livros em braile.

Levando em consideração dos pontos abordados anteriormente deve ficar claro neste trabalho as dificuldades enfrentadas pelo aluno com deficiência visual, pois a UEMS apresentou muitas dificuldades em atender esse aluno especial.

Além disso, o corpo de docente do curso superior de Tecnologia em Agroecologia encontrou muitas barreiras, pois os mesmos não possuem nem uma formação ou especialização na educação especial. E para agravar ainda

mais a situação, a grande parte dos professores são contratados temporariamente. Com isso o trabalho com o aluno especial passou por várias limitações, tais como: a falta de tempo para o auxílio do aluno pós-sala de aula, onde conteúdos extensos e com período letivo curto, a adaptação do aluno ao professor ficou deficiente.

Já em relação ao professor de apoio para o aluno especial, mostrou-se com dificuldades, pois o mesmo residia em uma cidade distante da unidade universitária, e com isso no período de 4 anos, 3 professores diferentes foram acompanhantes do aluno especial em sala de aula. Visto que o curso sendo integral, a instituição teve muita dificuldade de encontrar o profissional, e quando encontrada demorava devido os trâmites burocráticos. No entanto, todas essas dificuldades não foram motivos para que o aluno desistisse de estudar e buscar o seu objetivo que é de concluir o curso, ter uma profissão e uma melhor qualidade de vida.

As estratégias adotadas pelo aluno deficiente visual são as alternativas que se encontra quando não se tem uma organização e preparação para o aluno ter a condição de obter os materiais solicitados, sendo assim ao longo dos anos letivos os colegas voluntários prestaram auxílio em trabalhos e provas.

As estratégias eram a formação de grupos de estudos, onde os conteúdos eram lidos juntos ao grupo para que o aluno especial pudesse entender melhor. Outra estratégia usada posteriormente foi a obtenção de um computador adaptado com programas de síntese de voz onde permitiu ao aluno especial navegar entre os aplicativos de leitores de livros e permitiu digita-los em documentos em formatos de WORD. Assim, o aluno passou a receber dos professores, em um dispositivo chamado pen drive, os conteúdos ministrados em sala de aula. Isso facilitou muito a dinâmica de estudo do aluno onde o mesmo pode estudar em casa ou sozinho tendo acesso a todos os conteúdos.

No entanto, mesmo tendo acesso ao computador com programas de síntese de voz, o mesmo não fazia a leitura em arquivos em formato de PDF. Dessa forma, no início os alunos ajudavam na transformação do material em formato PDF para o formato de WORD, pois só assim o programa conseguiria

fazer a leitura. Após a contratação do primeiro professor de apoio para o aluno especial, o mesmo passou a fazer esse trabalho, além de estar presente em sala de aula diariamente.

Outra ajuda fundamental dos colegas de sala de aula e do professor de apoio foram os auxílios na locomoção dentro na universidade, na descrição verbal de aspectos como na classificação de tipos de solo, na identificação de insetos e plantas, principalmente nos períodos de aulas práticas a campo ou em laboratório.

4.2 Análise das falas dos alunos e docentes do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da UEMS

Nos relatos dos professores e alunos, foi identificado que nenhum deles havia trabalhado ou estudado com um deficiência visual.

Houve um professor que disse ter trabalhado com alunos com necessidades especiais, mas não com a deficiência visual, pois era a primeira experiência. Os alunos responderam que era o primeiro contato com essa pessoa com necessidades especiais. E ainda todos os entrevistados alegarão que a sua origem rural do aluno facilitou o trabalho, pois a houve uma grande participação e comunicação nas aulas mostrando o grande interesse em aprender.

Os professores ainda ressaltaram que seria de grande dificuldade e impossibilidade do aluno se desenvolver suas atividades sem a presença do professor de apoio para auxiliá-lo em sala e na preparação de materiais para que o aluno pudesse ter o acesso igualitário a materiais trabalhados em sala, onde os mesmos necessitavam de umas adequações para que pudessem ser compatíveis com os programas de leituras de textos em formato WORD.

O Professor 2, coloca por experiência própria com o aluno com deficiência que seria importante se fazer uma reciclagem desses professores universitários para que possam aprender e se qualificar para prestar um trabalho mais voltado para a inclusão total desses alunos

Segundo afirma o Coordenador do curso de Tecnologia em Agroecologia, vários professores sem uma formação específica na educação

especial para o atendimento especializado buscam investir em alternativas e estratégias inclusivas que não contribuem com a inclusão do aluno e diante do insucesso abandonam a real proposta inclusiva e que para propiciar as condições de permanência e o acesso de alunos com necessidades especiais, não implica em apenas espaços acessíveis mas também materiais pedagógicos, entre eles se destaca livros, equipamentos, instrumentos e etc.

As informações para a comunidade técnica-administrativa, instruções ou capacitação aos professores, apoio institucional é o incentivo que as universidades devem mostrar aos docentes. Possibilitando aperfeiçoamento para se atender varias demandas de alunos normais e especiais, diminuindo as estratégias incorretas que nada se tem a ver com a realidade da proposta inclusiva.

O aluno 2, ressalta que projetos devem ser implantados em todas as unidades universitárias e na disponibilização de um professor de apoio que auxiliasse os outros professores quanto ao atendimento em sala de aula disponibilizando os cursos e alternativas inclusivas para os professores que vão atender essa modalidade de ensino educacional especial.

Só o fato de o aluno especial estar na sala de aula não implica necessariamente que o mesmo esteja incluído nos processos de ensino e aprendizado, pois para isso acontecer ele precisa de mobilidade e absorver os conteúdos escolares, mas não se pode esquecer que o desafio da inclusão ultrapassa decisões que extrapolam os muros das universidades publicas. (retomar a discussão entre integrar e incluir)

Mas como parte da integração da implementação de políticas publicas que garantem a o apoio financeiro as ações e iniciativas neste contexto, mas paralelamente as universidades federais devem estar cientes das instancias governamentais que enfrentam varias limitações e possa apontar encaminhamentos que devem ser tomados para que haja a garantia do ingresso desses alunos especiais, o acesso as informações e a permanência na universidade, contando com profissionais das mais diversas áreas do conhecimento que podem contribuir com o ensino da pesquisa e extensão nas áreas da educação especial.

Atualmente as portas para a entrada no ensino superior em algumas universidades têm-se leis de cotas para pessoas com deficiência, mas o grande problema que limita e dificulta o acesso a materiais e a falta de incentivo e a disponibilidade de verbas por parte dos governos para darem os subsídios e os investimentos necessários para se buscar as adaptações necessárias e uma melhor qualificação para professores para se atender qualquer modalidade de aluno com necessidades especiais.

E que as universidade se preparem para atender o perfil de alunos com deficiência e para que os cursos oferecidos não só sejam preparados para atender uma demanda de videntes sem nem um tipo de deficiência.

O aluno 2 coloca que surgiu um grande interesse por parte do mesmo em se especializar na educação especial visto que essa área da educação é deficiente em número de professores formados e de investimentos por parte dos governos.

Hoje com todos os processos de inclusão formalizados pelos órgãos públicos, seja no meio escolar, no ensino superior ou na vida social, ainda existe preconceitos por parte de colegas de sala mesmo que com toda a convivência, muitos acreditam que o aluno especial não tem a capacidade de aprender e desenvolver uma atividade, e colocar a deficiência visual como um limitador do aprendizado.

O professor 02 relata que considera o relacionamento dos demais alunos e e o aluno especial como normal. A sua cobrança em relação às atividades propostas, a frequência regular e o desempenho em sala de aula é a mesma em relação ao grupo. Enfatiza que os colegas aceitam o aluno especial normalmente e alguns auxiliam o mesmo em atividades, como em trabalhos de grupo. No entanto a um isolamento do aluno especial em alguns momentos, mas de qualquer maneira não parece discriminatório.

O professor 02, ainda explica que a participação do aluno com deficiência fica muito limitada para com o aprendizado, quando comparado aos demais alunos, porque não há acesso a livros em braile, não há aceso a buscas por materiais complementares na internet, assim em muitas atividades a pessoa com deficiência fica limitada em realizar e isso se torna um motivo de exclusão por parte dos colegas de sala. E outro agravante é a falta de

informação dos alunos de sala de aula sobre a deficiência visual e que acabam com a “superproteção” prejudicando o aluno especial, não deixando – o participar em diversas atividades que muitas vezes estão dentro da sua capacidade de fazer.

O Professor 1 descreve como boa a sua experiência com o aluno especial, pois lhe demonstrou que com boa vontade é possível uma pessoa com deficiência passar por um processo de aprendizagem profissional. Mas não basta o aluno ter boa vontade. É preciso ir além, onde o interesse dos professores em buscar melhorias em relação a sua forma de lecionar em sala de aula, visão uma atenção diferenciada ao aluno especial, acrescenta muito no aprendizado.

Diante disso, é válida a cada professor uma qualificação para que se possa trabalhar de forma mais igualitária com todos em sala de aula. Ainda segundo o relato dos professores entrevistados, os mesmos não são habilitados a trabalhar com a educação especial. Pode se comparar isso a uma cadeia tecnológica. Onde igualmente a qualquer outra profissão deve-se buscar constantemente qualificação para se adequar ao perfil dos novos clientes.

Nesse sentido, com o aumento da exigência profissional aquele que não se qualificar acaba sendo excluído automaticamente do mercado de trabalho. O meio educacional funciona da mesma forma e necessita de mudanças constantemente na busca de conhecimentos específicos na área de educação especial e na melhoria das estratégias de transmissão do conhecimento dentro e fora da sala de aula, adaptando-se a nova realidade que é a presença de alunos especiais.

Na visão dos alunos, o contato com um a deficiência visual foi um acontecimento extraordinário, pois eles nunca haviam tido o contato direto com pessoas com essa modalidade de deficiência.

Para os professores foi uma experiência muito inovadora e um grande desafio que abriu novas oportunidades de adequação necessárias para a inclusão de novas propostas nos planejamentos de ensino, onde esse aluno pudesse ter o acesso a alguns materiais transmitidos em sala de aula e melhorando o planejamento no desenvolvimento de atividades, também na

apresentação de trabalhos em sala e na aplicação de provas, necessitando de um período maior.

Os alunos que nunca haviam tido o contato direto com uma pessoa com deficiência a princípio ficaram assustados e se perguntavam como esse aluno poderia aprender. Mas com o passar dos dias em convivência integral todos começaram a se aproximar e aconteceu uma boa integração e uma participação ótima em trabalhos passados em sala e tudo isso proporcionou e ajudou no aprendizado e na superação de algumas barreiras e limitações.

Hoje as pessoas com deficiência são alvos de exclusão e preconceito por parte de uma sociedade despreparada e desenformada para a inclusão dessas pessoas. Essa realidade pode ser percebida no relato do Aluno 1, onde o mesmo afirma já ter presenciado o descaso e o preconceito por parte dos colegas de sala quando se referia ao aluno com deficiência. Isso acontecia quando se formavam os grupos para apresentação de trabalhos e o aluno era automaticamente excluído e muitas das vezes o professor precisava coloca-lo em algum grupo. No entanto, o Aluno 1, descreve que o acadêmico especial é admirado por parte de professores e alguns colegas de sala, pois tem força de vontade e um grande esforço de buscar o aprendizado e não vê e nem coloca a deficiência como empecilho ou limitação para impedir de aprender.

A aluna 2, coloca que a estrutura da universidade deixa a desejar, pois falta adaptações físicas necessárias, material pedagógico para propiciar o aprendizado do aluno com deficiência como livros em braile e ou em áudio, falta de um computador com programas de síntese de vós na estrutura da biblioteca para o aluno especial ter acesso a diversos livros e outros materiais.

O Professor 1, ressalta que não foi difícil de trabalhar com o aluno e a estratégia utilizada foi envolvê-lo ao assunto e integrá-lo a turma e assim pode ocorrer a integração, mas se faltar os materiais necessários o aluno fica excluído e perde o acompanhamento do desenvolvimento da turma.

O professor 2, afirma que necessitou de um tempo a mais, de uma tolerância em provas e na execução de atividades para que o aluno especial pudesse desenvolver todas as tarefas. E nos conteúdos abordados em sala se buscou ter uma melhor descrição dos assuntos para que o aluno pudesse assimilar o assunto trabalhado em sala de aula, pois como não há visualização

de figuras e tabelas, como uma boa e detalhada descrição pode se assimilar o assunto mostrado nas figuras e tabelas.

O Professor 02 coloca que a presença do professor de apoio é fundamental. Pois além de auxiliar o aluno especial dentro e fora de sala de aula, existe uma relação de troca de experiência e conhecimento pedagógico entre partes e assim os professores regulares do curso podem traçar estratégias para estimular e melhor demonstrar os conteúdos em sala de aula ao aluno especial. Assim, há uma auxílio aos professores da melhor forma de se trabalhar com o aluno especial.

5. CONCLUSÕES

As entrevistas realizadas com professores, coordenador e alunos, de um modo geral, revelam que a universidade está despreparada para atendimento das pessoas com necessidades especiais. Apesar dos impedimentos e dificuldades em sala de aula e nas dependências das instituições de ensino superior, o deficiente visual consegue adaptar ao meio com seu computador com seus programas adaptados. Essa foi uma solução que ele adotou para desenvolver as atividades propostas pelos professores.

Atualmente, as propostas para transformar as condições de aprendizagem do deficiente visual no ensino superior se referem, primeiramente, ao direito da presença de sua monitora ou professor de apoio, que está sendo garantido, pois é aquele profissional que vai garantir ao deficiente visual o acesso aos conteúdos curriculares com maior agilidade.

A presença do professor de apoio, contudo, embora necessária não parecesse, ainda, suficiente. Temos que buscar condições para o atendimento do deficiente visual com recursos mais acentuados, como: livros em braile, livros em áudios, computadores adaptados na sala de tecnologia ou na biblioteca, bebedouros, banheiros e sinalizadores nos espaços.

Em síntese, todas as dificuldades narradas pelos participantes deste estudo vão permanecer enquanto a universidade for organizada e planejada apenas para os ouvintes, sem considerar a multiplicidade de seus alunos e a especificidade de outras culturas presentes na sociedade. Se a universidade não buscar o caminho para as pessoas com necessidades especiais, conforme exige à lei que determina o atendimento do deficiente, essas dificuldades não poderão ser superadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, C. A. M. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho:** um estatuto sobre suas possibilidades nas organizações de Minas Gerais. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez. 1999.

BUENO, J. G. S. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial?** In: BUENO, J.G.S.; MENDES, G.M.L.; SANTOS, R.A. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008. p. 43-63.

CHAHINI, T. H. C. **O desafio do acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas IES de São Luis do Maranhão.** 2006. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2006.

DUARTE, E. R.; RAFAEL C. B. da S.; FILGUEIRAS J. F.; NEVES, C. M.; FERREIRA M. E. C. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Versão impressa ISSN 1413-6538. Rev. bras. educ. espec. vol.19 n. 2, Marília abr./jun. 2013.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v.13, n.1, p.43-60, 2007.

GOMES, M. F. C.; LIMA, P. A. L. Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 4., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2006. p. 16.

GUERREIRO, E, M. B. R.; ALMEIDA, M. A.¹; FILHO, J. H. DA S. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus, AM, Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas). vol.19 . nº1 Sorocaba mar. 2014.

INAJARA, S. M; SANTANA, SILVA, C. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n 1, p 127-136, 2010.

LIMA, O. M. B. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no Ensino Superior**: um estudo de caso. 2007. 87f. Dissertação (Mestrado Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MANSINI, E.; BAZON, F. **A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

MANTOAN, M, T, E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MENDES, E.G. **Perspectivas para a construção da Escola Inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M.S.; MARINS, S.C.F. (Org). Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 61-85.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.25, p.37-47, 2005.

NABAIS, Márcia Lopes de Moraes et al. **O encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant. Disponível em:<<http://www.ibc.gov.br/?itemid=393#more>>. Acesso em: jan. 2006.

OMOTE, S. **Normatização, integração, inclusão**. Ponto de Vista, v.1, n.1, jul./dez. 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta da Organização das Nações Unidas**: Declaração universal dos direitos do homem. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1978.

PASTORE, J. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. In: PASTORE, J. **O direito ao trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

PELLEGRINI, C. M. **Ingresso, acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria**. 2006. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

PERINI, T. Í. **O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

REGO, T. C. **Memórias de escola**: cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis: Vozes, 2003.

RODRIGUES, C. E. M. **Um dispositivo háptico de auxílio à navegação para deficientes visuais**. Recife. 2006. 63f. Monografia (Graduação em Ciência da Comunicação). Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco.

Disponível em: <<http://www.cin.ufpe.br/~tg/2005-2/cemr.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2014.

RODRIGUES, D. **A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva.** Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, n. 23, 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp>>. Acesso em: 13 ago.2014.

SASSAKI, R. K. **Implicações do paradigma da inclusão para o emprego de pessoas com deficiência.** In: ABRANCHES, Cristina M. B. (Org.) Inclusão do trabalho. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000. p. 82-110.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, G. P. **O significado do trabalho para o deficiente visual.** Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2007. 107f.

SILVA, H. M. et al. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v.10, n.2, p.332-342, 2012.

VIANNA, L. M. B. P; TARDELLI, P. G. A. S; ALMEIDA, L. I. R. Inclusão e Mercado de Trabalho: uma análise das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência em ingressar no mercado na Grande Vitória (ES). **Revista Destarte**, Vitória, v.2, n.2, p.95-109, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado aos alunos entrevistados do curso de Tecnologia em Agroecologia

1. Como você avalia a participação do acadêmico deficiente visual em sala de aula?
2. Você já estudou com um aluno deficiente visual antes e qual a sua opinião e você pode relatar essa experiência?
3. Você sua família há alguma pessoa com necessidades especiais?
4. Já presenciou algum descaso com o algum deficiente?
5. O que você acha que deve ser feito para o atendimento do aluno deficiente visual no curso superior ?
- 6 .Qual a sua opinião sobre a estrutura da UEMS de Glória de Dourados e se está adequada?
- 7 Que tipo de projeto você gostaria que trouxesse para a UEMS no atendimento ao deficiente visual?
8. Você tem algum interesse em se especializar na área de atendimento ao deficiente visual?
9. Você tem contribuído em ajudar o aluno com deficiência visual?
10. Qual a sua opinião em relação ao ensino e a aprendizagem desse aluno deficiente visual?

APÊNDICE 2 – Questionário aplicado aos docentes entrevistados do curso de Tecnologia em Agroecologia

Fale-me um pouco sobre seu aluno com deficiência.

O que significa para você ter um aluno com deficiência na sua sala?

Esse fato interfere na dinâmica da sua sala?

Como é o desenvolvimento dele?

E quanto à questão pedagógica: o que ele gosta de fazer, quais as dificuldades? Como você vê o processo de aprendizagem dele?

Como você trabalha com ele? Igual à classe?

Detalhe um pouco como é o conteúdo, a organização e o arranjo da sala.

Tem alguma adaptação, complementação, estratégias ou recursos diferenciados? E o material pedagógico?

Como é o seu relacionamento com o aluno? Dele com os colegas? E dos colegas com ele?

A seu ver, quais seriam as possíveis melhorias estruturais e de decursos didáticos que a universidade em questão, UEMS, deveria proporcionar ao aluno com deficiência visual?

O que você gostaria de colocar mais sobre essa experiência?

APÊNDICE 3 - Questionário aplicado ao coordenador do curso de Tecnologia em Agroecologia

Nome, profissão, função na UEMS, tempo de trabalho.

Relatar um pouco da história dessa unidade educacional?

Quais são as modalidades de curso oferecidas nesta unidade?

Quais são as políticas de inclusão de pessoas com deficiência nos cursos oferecidos aqui?

Como tem sido a sua experiência com alunos com deficiência nos cursos oferecidos aqui?

Quais são os tipos de deficiência que vocês estão habilitados a atender? Existe algum processo para possíveis ajustes no curso oferecido antes da efetivação da matrícula (no plano de ensino, número de alunos, contratação de intérprete, aquisição de material de suporte específico)?

Os professores receberam capacitação específica para darem aulas em turmas com alunos com necessidades especiais?

Qual é o total de professores que trabalham atualmente nesta unidade? E quantos desses professores estão habilitados a ensinar pessoas com deficiência?

Quais são os requisitos para um profissional ser professor na UEMS? Quais são as competências, habilidades e atitudes requeridas?

Vocês têm cotas para deficientes no vestibular? São oferecidas adaptações para o candidato com deficiência (Localização para cadeirante, braile para cego, mais tempo para conclusão do teste por portador de deficiência motora...)?

Como está sendo avaliado a colocação no mercado de trabalho os alunos com deficiência que vocês atendem ou já atenderam?

Quem são as pessoas com deficiência atendidas atualmente nesta unidade?

Como é avaliado o trabalho desenvolvido pela UEMS em termos de profissionalização e inclusão de pessoas com deficiência? Quais são os pontos fortes, os pontos fracos, e os próximos passos?

Quais têm sido as dificuldades com relação à inclusão das pessoas com deficiências e andamento da iniciativa?

Para finalizar, você teria mais alguma colocação a respeito do tema?

APÊNDICE 4 – Questionário respondido pelo Aluno 1 do curso de Tecnologia em Agroecologia

Sua participação é boa, pois mesmo tendo a sua limitação buscada participar das atividades e nunca havia estudado com aluno deficiente visual. Admira muito visto que o aluno vem se destacando e vem se qualificando buscando a participação em cursos profissionalizantes.

Não tem membros de sua família com necessidades especiais.

Já presenciou o descaso e o preconceito por parte dos alunos em sala de aula nos processos de formação de grupos de apresentações de trabalhos

Acredita que deve ter mais equipamentos e materiais apropriados e adaptações para a locomoção e os subsídios para o rendimento e o aprendizado do aluno. A estrutura universitária deixa a desejar, pois não tem adequações como precisaria para o aluno se adaptar ao ambiente universitário como sala de informática com computadores adaptados com impressoras em braile e com leitura em áudio.

Projetos sugeridos: com leitores voluntários, jardins das sensações, onde as aulas de botânica especificam e poderiam ser com suas aulas praticas através do tato em plantas ou em solos.

Bom, a entrevistada relata o seu grande interesse em se especializar na área da educação especial e que através da sua monitoria e o acompanhamento com o aluno deficiente visual, nota que existe grandes dificuldades de encontrar professores de apoio e ou leitores voluntários, tendo interesses em se especializar e trabalhar com a educação especial.

É grande a sua contribuição no acompanhamento desse aluno em locais que ele tem dificuldades e auxilia no repasse de materiais e ajuda na apresentação de trabalhos.

E diz que o aprendizado do aluno com necessidades especiais e bom mediante as suas limitações. No entanto, poderia ser melhor se houvesse o suporte adequado a sua realidade, com suporte tecnológico e materiais didáticos disponíveis.

APÊNDICE 5 – Questionário respondido pelo Aluno 2 do curso de Tecnologia em Agroecologia

O aluno desenvolve as atividades normais sem problemas nenhum.

Relata que já estudou com aluno com necessidades especiais antes e que a experiência foi maravilhosa, onde se surpreendeu com o aluno deficiente. O local também não possuía professores qualificados para dar o apoio para o aluno e também não possuía material didático para facilitar o aprendizado desse aluno que dependia de uma atenção especial.

Não há casos de pessoas com necessidades especiais na sua família.

A entrevistada relata que nunca presenciou o descaso de pessoas com necessidades especiais por membros da sociedade.

Em sua opinião, deveria ter mais professores qualificados para o atendimento desses alunos e mais materiais disponíveis e adaptações adequadas a sua realidade

Acredita que a instituição está adequada e que a estrutura física está perfeita, dando condição ao aluno de trafegar sem o menor problema.

O projeto sugerido pela entrevistada e de oferecer um professor de apoio que auxiliasse na educação especial e também aos outros professores, ensinando como lidar com qualquer deficiência encontrada.

A entrevistada relata o despertar e vontade de trabalhar com a educação especial, tendo em vista os poucos profissionais disponíveis para auxiliar esses alunos em salas regulares de ensino básico e no ensino superior.

A entrevistada relata que são grandes as suas contribuições para ajudar o aluno, como auxílio em viagens e aulas práticas, disponibilizando materiais passados pelo professor em sala de aula.

Apesar das dificuldades encontradas no início do curso não tendo profissional qualificado o aluno conseguiu a superação a esse problema e quanto ao ensino, a universidade prestou o seu papel como educadora mesmo tendo dificuldade de dar o suporte devido que esse aluno necessitava.

APÊNDICE 6 – Questionário respondido pelo Professor 1 do curso de Tecnologia em Agroecologia

O primeiro professor entrevistado relata que foi a sua primeira experiência como professor de um aluno com deficiência visual. Em sala pudemos contar com o apoio do professor de apoio e adaptar o conteúdo para que ele pudesse acompanhar e participar das atividades.

Descreve que depois da adaptação aos conteúdos percebe-se que é possível fazer as atividades específicas ao aluno, mas para algumas fica mais difícil.

A presença do aluno com essa necessidade especial não interferiu nas aulas, mas a presença do professor de apoio ajuda a superar as limitações.

Bom, creio que cada caso é um caso, pois o aluno deficiente visual evoluiu e teve um grande interesse em aprender.

Um dos fatos que facilitou o aprendizado do aluno foi a sua origem rural. Ele já estava ambientado com várias questões da área de ciências agrárias, mas as dificuldades são reais e devido a sua deficiência visual buscou-se adaptação a sua realidade e observar que o mesmo pudesse ter um aprendizado e um desenvolvimento satisfatório.

O professor entrevistado coloca que o trabalho não foi porque precisou de um atendimento personalizado a estratégia envolvente ao assunto e integrá-lo a turma.

O arranjo da sala dependeu de cada disciplina e como regra geral utilizou - se a ministração de aulas dialogadas, uso de apostilas de questionários e de aulas práticas e respostas de questionários

A única diferença de materiais foram as provas em formato de arquivo.

A relação com o aluno é amistosa e acredita que seja boa com os alunos.

O professor entrevistado relata que não está em condições de sugerir, pois não e um especialista no assunto.

Foi uma boa experiência, pois com boa vontade e possível uma pessoa com deficiência visual ter um processo de aprendizado profissional.

APÊNDICE 7 – Questionário respondido pelo Professor 2 do curso de Tecnologia em Agroecologia

Este aluno mostra um esforço de participação e aprendizado digno de notas. Percebo que nas aulas onde é usado os recursos como data-show percebe-se que o aluno não consegue distinguir com clareza alguns aspectos do desenvolvimento da aula o que não inibe o seu interesse e frequência, mas hoje com a convivência consegue-se melhorar a condição verbal dos slides que envolvem figuras, especialmente quando se faz analogias, o aproveitamento não é um dos esperados, mas com a participação do professor de apoio melhora a interação do aluno e o repasse de materiais para o aluno e contribui grandemente para o aproveitamento o que no caso deste aluno tem resultado em expressiva mudança de desempenho.

O professor relata que já havia trabalhado com deficiência motora, mas não avia ainda tido o contato com deficiente de visão, fala ou audição. Foi uma grande dificuldade de comunicação, pois não conseguia imaginar tom claro seria dito para o mesmo a descrição das aulas penso que se houver um mesmo se houver um cuidado excessivo de minha parte poderia ser

interpretado como discriminatório para com os demais ou mesmo inibir o aluno em foco.

O professor relata que interferem na dinâmica da sala os tempos de leitura e interpretação e o de desenvolvimento de textos são diferentes e exigem esta tolerância e tempos adicionais a essas atividades a preparação da aula se torna muito mais demorada se for atender diversos aspectos como da demanda como na preparação de exercícios tratados como editores como do WORD e de PDF na escolha de analogias e dados comparativos e na montagens de diagramas ou quadros que possa ser compreendidos através da descrição sem que o aluno o veja.

Existiram algumas dificuldades no início em decorrência de materiais apropriados e da velocidade que se exige na abordagem do conteúdo comprometido pela ementa e a elaboração de provas e exercícios compatíveis mas o esforço do aluno em estar presentes nas aulas e fazer as tarefas e cumprir o calendário de provas explica os bons resultados obtidos os bons resultados obtidos ao longo do curso.

Uma vez ultrapassada a dificuldade da preparação do material de aula e especialmente quando se recebe o apoio do professor didático especializado, o aprendizado seja satisfatório.

De maneira geral, nas aulas não dedica atenção adicional na elaboração de tarefas. Em grupos observa o relacionamento normal com os colegas o que facilita a integração e produção, mas nos trabalhos individuais é preciso um tempo maior quanto em provas

O professor ressalta que costuma sempre utilizar datashow e então normalmente forneço a antecipadamente a aula ao aluno não a modificações espaciais na organização da sala, tomo o cuidado em manter sempre o material em dados compatíveis com os SOFTER disponíveis que ele disponibiliza para as leituras também não crio materiais especialmente para o mesmo apenas procuro lhe dar o tratamento adequado.

O entrevistado relata que já destacado acima não a diferenciação dos materiais que são fornecidos aos alunos vejo no entanto que a presença apoio didático melhora o aproveitamento do aluno e facilita a minha comunicação com o aluno.

Seu relacionamento com o aluno especial é normal, e as cobranças, resultados e frequências regularmente são iguais. Os colegas parecem aceitá-lo normalmente e alguns aparentemente auxiliam fazendo cópias de trabalhos e integrando aos grupos.

O professor coloca que se estiver a assistência com um professor de apoio auxiliando o aluno e os professores como fez em 2013 e 2014, acredita que alunos como esse terão uma grande oportunidade de adquirir conhecimentos bastantes sólidos.

Opina que seria interessante fazer uma pequena reciclagem com os professores de alunos com essas circunstâncias informando os recursos disponíveis e proporcionando um pequeno treino didático para a confecção de materiais de materiais alternativos para essas deficiências.

APÊNDICE 7 – Questionário respondido pelo Coordenador do curso de Tecnologia em Agroecologia

Segundo relata o coordenador a unidade de Glória de Dourados foi construída por meio de doação pela a prefeitura e foi inaugurada em 2007 o terreno possui 9,5 metros quadrados municipal de gloria de dourados o curso de agroecologia começou em 2010 com 50 alunos matriculados e atualmente está com a quarta turma e está com 9 alunos matriculados,

Os cursos oferecidos de tecnólogos e graduação e licenciatura do curso de geografia está em fase final,

Em 2007 foi instituída a divisão de inclusão e diversidade que é um órgão que orienta controla e coordena e avalia e executa as atividades desenvolvidas na UEMS com a finalidade de implantar as políticas institucionais.

A experiência profissional nos mostra que não estamos preparados para o encontro com a diversidade em sala de aula sendo que o convívio e encarando como um desafio não superado com a presença do acadêmico John Lenon no curso observa que os professores conhece o significado real da proposta inclusiva fazendo com que invistam aleatoriamente em estratégias e técnicas que nada tem a ver com inclusão e diante do insucesso

sentem se incapaz ou ou rejeita a proposta inclusiva e neste sentido sugeri a capacitação dos servidores da instituição professores e técnicos para que possa subsidiar o planejamento e a implementação de ações não apenas para resoluções de problemas pontuais mas capaz de promover o efetivo avanço no processo.

Na unidade de Glória de Dourados a deficiência especifica no momento e só a visual, mas mesmo acima com grande dificuldade por isso algumas ações são contempladas para atendimento para a sensibilidade tais como a contratação de professor disponibilidade de materiais e outros equipamentos

Segundo relato do coordenador os professores não receberão nem uma qualificação para dar aulas para alunos com necessidades especiais

No curso de tecnologia em agroecologia aproximadamente 12 professores por semestre e nem um dos professores tem habilidades de trabalhar com pessoas com deficiência com exceção da professora que foi contratada para o atendimento especializado.

Como a uns tem 54 cursos vai depender portanto os requisitos vai depender da demanda da instituição área e formação normalmente a uns só realiza só realiza com curso a nível de doutorado

Não temos vestibular e todo o processo e realizado pelo seleção e realizado pelo SISU e não existe cotas para pessoas com deficiência

O coordenador coloca que não tem nem um trabalho voltado para o acompanhamento do ingresso de pessoas com deficiência no meio profissional após a conclusão do ensino superior, portanto ele desconhece esse trabalho.

Nesta unidade só apenas um aluno com deficiência visual que está matriculado no curso de agroecologia,

O coordenador coloca que não existe avaliação e os pontos a criação da divisão pontos fracos falta de avaliação falta de material humano poucos instrumentos para a sensibilidade.

A falta da formação docente na perspectiva da inclusão

O coordenador finaliza dizendo que não tem nem uma colocação a fazer ou ideias para sugerir.

